

# JORNAL DO CASO *República*

8 DE JULHO DE 1975 — N.º 9 — PREÇO 2550

**DIRECTOR:** RAUL RÊGO — **REDACTORES:** ALBERTO ARONS DE CARVALHO/ÁLVARO GUERRA/ÁLVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BÉLARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/GREGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOÃO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FOYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

## OS TRABALHADORES DA REDACÇÃO DE NOVO IMPEDIDOS DE ENTRAR NO SEU JORNAL



Após uma reunião com três membros do Conselho Superior da Revolução, durante a qual ficou assente que se respeitaria os termos do comunicado daquele órgão de soberania de 12 de Junho, a Administração, Direcção e Redacção do jornal aceitaram um encontro em que tomariam parte todos os trabalhadores de «República» e que se destinaria a assentar nos termos práticos e técnicos da feitura do jornal. O referido encontro decorreu no Centro de Sociologia Militar e dele se dá conta num comunicado enviado aos órgãos de informação e que

reproduzimos noutra local deste número.

Terminando a reunião por um malogro, que é prova mais cabal da resistência da outra parte em respeitar a Lei de Imprensa, tal como determinou o Conselho da Revolução, foi o capitão Rodrigo Sousa e Castro, membro daquele Conselho, quem aconselhou os jornalistas a entrar nas instalações do jornal, conselho aliás subscrito pelo major Dias Ferreira, que teimava em afirmar estar o jornal aberto, desde o dia 18 de Junho, a todos os trabalhadores, incluindo os jornalistas.

A verdade porém é que a Direcção e a Redacção de «República» não puderam entrar no seu jornal, a tal se opoando a chamada Comissão Coordenadora de Trabalhadores. Que dirá a isso o Sr. major Arlindo Dias Ferreira? Continuará a afirmar que todos os trabalhadores podem entrar nas instalações? Onde está a autoridade do COPCON e o respeito da palavra dos seus representantes?

Na sequência de mais esta prepotência o presidente da Assembleia Geral e os membros do Conselho de Administração dirigiram um documento ao Conselho da Revolução, citado no aludido comunicado mas que, dada a sua importância, se reproduz integralmente, também neste número. Como os leitores poderão ver, o essencial desse documento consiste no facto dos representantes dos proprietários da empresa considerarem

que a mesma se encontra ocupada por uma parte dos trabalhadores, os quais impedem a entrada da outra parte dos seus trabalhadores.

Perante esta escalada, face às sucessivas e insolentes re-

sistências em acatar os termos do comunicado do Conselho da Revolução, perguntamos: Que se espera? Que aguardam aqueles que dispõem da autoridade e dos meios para

Cont. na página 8

## AS PALAVRAS E OS FACTOS

O sr. Comandante Jorge Correia Jesuíno, ministro da Comunicação Social, deu uma entrevista ao «Nouvel Observateur», publicada no último número daquele semanário francês.

Algumas das declarações do ministro acerca do caso «República», justificam palavras de es-

clarecimento, visto não coincidirem com a realidade.

Antes, porém, lembramos aos nossos leitores que os jornalistas da «República» enviaram ao ministro Correia Jesuíno, logo após o assalto ao jornal, um telegrama saudando-o pelo modo isento como procurou solucionar um conflito que, afinal, o transcendia. Ora, o facto de o ministro da Comunicação se ter gradualmente distanciado do assunto, que passou a instâncias superiores, pode ser a causa de certas «imprecisões» nas declarações do ministro ao «Nouvel Observateur», sem esquecer qualquer imperfeição de tradução ou menos rigor de expressão.

Postas estas ressalvas, e com sua licença, sr. ministro, vamos às palavras e aos factos.

Palavras do ministro (I)

«Pensávamos que a resolução do Conselho da Revolução podia permitir a resolução do conflito: ela era clara. Por um lado, a direcção devia comprometer-se a não fazer nenhum despedimento entre os membros da comissão de trabalhadores e os operários da tipografia; por outro, estes últimos deviam aceitar a manutenção de Raul Rêgo como director e a presença da sua equipa redactorial. Eram as nossas condições. Perante a nossa surpresa, a

Cont. na página 8

**CONVITE PARA O TRABALHO**  
PÁGINA 8  
**RAZÃO SEM PÃO**  
PÁGINA 6



A porta do Centro de Sociologia Militar, jornalistas de «República» aguardam o começo de uma das reuniões que ali decorreram.



# A COERÊNCIA DE "REPÚBLICA"

## SALIENTADA NAS MENSAGENS DE APOIO QUE CONTINUAMOS A RECEBER

"Para nós o 'República' inclina-se ideologicamente para o P.S., assim como outros pendem para o P.C.P. ou para o P.P.D. No entanto, existe a diferença de que o 'República' sempre manteve as mesmas características." — diz o sr. Isidro Tanganho, de Santarém, num artigo que nos envia, acompanhado por algumas palavras de solidariedade e de exortação.

Não podendo publicar na íntegra tal artigo sem quebra da norma estabelecida relativamente à vasta colaboração recebida de numerosos leitores, queremos, no entanto, transcrever ainda estas passagens: "Se órgãos ou pessoas do M.F.A. se insurgem contra o Director e redactores do 'República' não percebemos porquê? Pois, não eram eles já socialistas, antes da bela madrugada do 25 de ABRIL, lutando abertamente contra o regime deposto?"

"Quererá o Copcon registar a patente da luta pelo socialismo, calando vozes que sem-

pre foram socialistas nos tempos em que era difícil."

"É estranho apoiar e classificar o caso 'República' de um caso de trabalho e, as reivindicações dos funcionários públicos de contra revolucionários e oportunismo; não é verdade?"

"Um grupo de trabalhadores das companhias de seguros Império, Sagres e Universal, leitores do 'República', apoiam a luta de Raúl Rego e da sua equipa e trabalho."

"Solidário com o director e com os redactores da velha e prestigiosa 'República', que neste momento travam uma luta, talvez decisiva, para o futuro da liberdade de imprensa neste país — Artur Tomaz Lopes da Silva".

"Não há dúvida que os republicanos de gema, os que nunca se negaram a lutar pela liberdade e bem-estar do povo, têm sofrido — alguns, muitos, na carne e no espírito, e mu-

tos, também, na alma — dores quase insuportáveis, que lhes têm sido infligidas há cerca de meio século.

"Presentemente é o jornal 'República' e, com ele, a ilustre direcção e determinada secção de trabalhadores, que sofrem as consequências do seu carácter impoluto. Com eles sofrem também, ao lado deles, dos atingidos directamente pelo grave conflito, estão, cremos, todos os assinantes do referido jornal.

"Têm o apoio incondicional de todos, julgamos.

"Que nos desculpe alguém ou alguns que não concordem connosco.

"Como não devíamos, nós, sentir as suas mágoas, se somos assinantes do desassombroso vespertino quase desde o 1.º número?"

"Temo-lo acompanhado sempre, nas horas boas e más. Até quando era 'crime' assiná-lo!"

Estas palavras, já publicadas, aliás, no jornal "Correio da Feira", foram-nos enviadas pela sua autora, D. Maria da Luz Albuquerque, como prova de que está "sempre presente, tanto nas horas boas como nas más."

"Os portugueses saúdam na 'República' a informação real, a dignidade e a honra. — Santos Pinho".

"Fui correligionário do dr. António José de Almeida, Ribeiro de Carvalho, Carvalhão Duarte e tantos outros elementos que fizeram o 'República' com dedicação e sacrifício, tanto nas horas boas como nas horas más e a que não faltei à chamada.

"Ansioso por ter o enorme prazer de a ver entrar diariamente na minha casa, e de ver solucionado o infeliz e condenável incidente que suspendeu

a sua publicação, venho enviar o meu fraternal abraço de solidariedade a quantos heroicamente nele se mantêm firmes e coerentes.

"Viva o 'República' e a República! — Adão Moreira Dias."

"Pela causa da liberdade, eu direi: presente!"

"Mas, desde o primeiro momento, eu estou convosco conscientemente. Por uma imprensa livre, viva a 'República'! — Maria Dulce Incenso Quintão."

"Tendo acompanhado o caso do vosso jornal REPÚBLICA, venho por este meio não só apoiá-lo com toda a minha alma de portuguesa, como agradecer-lhe todos os vossos esforços e toda a vossa luta e bem assim a todos os

outros jornalistas que o apoiam, para que de novo não se instale uma nova ditadura do nosso querido PORTUGAL. Só lamento não poder transmitir para o papel o que me vai na alma, neste momento tão grave da vida portuguesa. Como crente que sou, espero que Deus ajude os verdadeiros homens como V.Ex.<sup>a</sup> para que se consiga vencer esta dura batalha que estamos todos travando neste momento, em defesa das liberdades autênticas de todos nós. — Uma portuguesa."

"Apoio firmemente, o Dr. Raúl Rego e a Redacção do República na sua justa luta em defesa da liberdade da Imprensa, ameaçada por golpes baixos de minorias com fraca implantação popular. — António Oliveira."

## APOIO FIRME DOS LEITORES

Os factos falam por si, e é deles que a História dará conta aos que no futuro se debruçarem sobre este «caso», que não criámos nem fomentámos, mas que evoluiu até ao ponto de se poder considerar como uma das «pedras de toque» da situação que se vive em Portugal.

E os factos são os apoios que constantemente recebemos, quer sob a forma de palavra amiga, quer de sugestões e achegas ao processo, quer de donativos que nos permitam continuar.

Destes últimos ou seja, dos últimos chegados damos aqui conta, registando-os com a simplicidade agradecida que entendemos dever corresponder à espontaneidade dos seus autores:

Trabalhadores da Standard Portuguesa, 1.020\$00; Grupo de leitores de Coimbra, 1.343\$00; Trabalhadores da Companhia de Seguros Tranquilidade, 3.120\$00; Dois empregados da Tabacaria e Confeitaria Imperial, 220\$00; Arq. Inácio Peres Fernandes, 1.000\$00; D. Francisca Cabral de Castro, 100\$00; Anónimo, 500\$00; D. Maria da Luz Albuquerque, 100\$00; Anónimo, 2.000\$00; Dr. Fernando Grade, 500\$00; D. Maria Dulce Incenso Quinhão, 200\$00; Álvaro Fernandes, 500\$00; Anónimo, 50\$00; Dr. Rolando Rosa, 200\$00; Prof. Dias Agudo, 500\$00; Carla, 100\$00; Domingos Alves Dias, 500\$00;

Miguel de Bragança, 600\$00; D. Maria Nazareth Pinto Camacho e António Silva Jorge, 200\$00; António Augusto Lopes Lane, 20\$00; D. Maria do Carmo Garcia, 100\$00; Um democrata de Mem Martins, 500\$00; Eduardo Monteiro, 275\$00; Anónimo, 200\$00; António Gomes da Gama Amaral, 100\$00; Secção de Belas do Partido Socialista, 240\$00; Secção de Moscavide do Partido Socialista, 253\$00. A Transportar, 14.241\$00.

### UM DIA DE TRABALHO DUMA MULHER PORTUGUESA

Uma mulher portuguesa (produto de um dia de trabalho), 160\$00; Anónimo, 10.000\$00; Grupo de professores socialistas do Porto, 50\$00; Fernando Del-Negro Redondo, 100\$00; Leitor solidário com a luta dos jornalistas, 50\$00; Grupo de trabalhadores de Companhia de Seguros e leitores, 780\$00; Francisco Cabral de Castro Alpedrinha, 100\$00; Anónimo, 500\$00; Um leitor ferroviário socialista, 100\$00; Um socialista do Bairro Alto, 140\$00; D. Maria Ana da Silva, 100\$00; Angelino Manuel Silva Sousa, 500\$00; Francisco António Pimpista, 100\$00; Manuel Lourenço, 500\$00; Manuel Simões Júnior, 2.500\$00; D. Virgínia Sampaio Abreu, 500\$00. Total, 30.561\$00.

## TRABALHADORES DO CARREGADO

Assinada por noventa e quatro trabalhadores da Central Termoelectrica do Carregado foi enviada ao ministro da Comunicação Social uma exposição sobre o "caso República" que passamos a reproduzir:

"Nós, trabalhadores da Central Termoelectrica do Carregado (CPE) que nos habituámos, ao longo de muitos anos, a ler no independente e antifascista jornal 'República', nomeadamente os severos e profundos artigos crítico-doutrinários de Raúl Rêgo, Vitor Direito e Álvaro Guerra, vimos junto de V. Ex.<sup>a</sup> afirmar que:

— Exigimos correcto e imediato cumprimento do estipulado na Lei de Imprensa e da resolução do Conselho da Revolução sobre o caso;

— Queremos uma 'República' livre e independente, como sempre foi, de partidos e das autoridades governamentais;

— Repudiamos energeticamente a entrega quer definitiva, quer provisória, da direcção de 'República' a uma comissão de militares;

— Exigimos a saída imediata do nosso 'República' sob a direcção de Raúl Rêgo".

## MENSAGEM DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIRECTORES DE JORNAIS E PUBLICAÇÕES

No decorrer do seu XXVIII Congresso, realizado em Hamburgo no mês passado, a F.I.E.J. — Federação Internacional de Directores de Jornais e Publicações — foi votada, por unanimidade, uma moção de apoio a «República».

Essa moção é do seguinte teor:

«Reafirmando a sua firme disposição de defender a liberdade de informação, vivamente surpreendida pelos ataques que essa liberdade fundamental tem sofrido nas últimas semanas em Portugal, exprime a sua simpatia e a sua solidariedade a Raúl Rêgo, director do jornal «República», bem como a todos os jornalistas reunidos em seu redor, fazendo votos para que o jornal possa reencontrar, em liberdade, todas as possibilidades de expressão conformes aos seus ideais».



## CARTA EXPRESSIVA DE RESISTENTES BELGAS

ANTICAMP COLIBITE-LEIBICE  
10, rue de Sélys  
S-6000 LIÈGE

Liège, le 26 mai 1975

À Monsieur VASCO GONÇALVES  
à l'Amiral ROSA COUTINHO  
du Mouvement des Forces Armées.

Chers Camarades,

Agissant votre venue à Bruxelles, je voudrais vous dire, au nom des officiers belges résistants qui luttèrent contre le nazisme, le plaisir de savoir que vous fouleriez le sol belge durant quelques jours et de vous souhaiter la bienvenue dans notre pays.

Nous sommes les survivants de ceux qui capturés refusèrent de considérer que la lutte était finie et tentèrent par l'évasion de rejoindre les forces libres et renvoyés dans des camps de représailles essayèrent dans la mesure du possible de saboter encore l'organisation militaire nazie. (Camps de représailles de Colditz et de Silesko pour les officiers et camp de Raw-Ruska pour les sous-officiers et les soldats). Beaucoup de nos camarades furent abattus et d'autres, plus nombreux encore retournèrent au pays, marqués par les mauvais traitements subis durant cinq ans.

C'est au nom de ces survivants de la lutte contre le nazisme, qui se sentent proches de vous, les militaires portugais, que je vous adresse ces lignes.

Car nous suivons, depuis le 25 avril 1974, avec un très vif intérêt le développement de la situation politique au Portugal; aussi nous, anciens combattants de la lutte contre le nazisme et l'oppression, comptons sur vous, les militaires de la génération suivante, pour que vous placiez toujours au centre de vos préoccupations le service que tout soldat doit à son pays et qui englobe la défense de la liberté individuelle, de la liberté d'expression et de la liberté de la presse.

Nous avons l'espoir de vous voir triompher de ceux qui rêvent de faire basculer votre beau pays dans une nouvelle dictature qui priverait à nouveau le peuple portugais des libertés individuelles auxquelles vous et nous sommes si attachés.

Croyez chers Camarades, à nos sentiments très fraternels.

*P. Chabrier*  
P. CHABRIER  
Vice-Président.

Quando da sua recente estadia em Bruxelas, o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho receberam uma expressiva carta de oficiais da Resistência belga, reproduzida no último número de «MOVIMENTO — Boletim Informativo das Forças Armadas».

Nessa carta, cuja tradução damos a seguir, os oficiais belgas — que lutaram contra o nazismo e a opressão — lembram que os soldados devem, aos seus países, uma acção em que se insere a defesa da liberdade individual, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Eis o texto da referida carta:

«Ao tomar conhecimento da vossa vinda a Bruxelas, desejo exprimir-vos em nome dos oficiais belgas resistentes que lutaram contra o nazismo, o agrado de saber que estarão em solo belga durante alguns dias e desejar-vos as boas-vindas ao nosso país.

Somos os sobreviventes daqueles que quando capturados não admitiram que a luta tivesse acabado e tentaram, evadindo-se, juntar-se às forças livres e, ao serem de novo enviados para campos de represálias, tentaram, na medida do possível, continuar a sabotar a organização militar nazi (campos de represálias de Colditz e Lübeck para os oficiais e campo de Raw-Ruska para os sargentos e soldados). Muitos dos nossos camaradas foram abatidos e outros, ainda em maior número, voltaram para casa marcados pelos maus tratos que sofreram durante cinco anos.

É em nome desses sobreviventes da luta contra o nazismo, que se sentem próximos de vocês, militares portugueses, que vos envio estas palavras. Desde o 25 de Abril de 1974 que seguimos com grande interesse o desenvolvimento da situação política em Portugal, assim, como combatentes da luta contra o nazismo e a opressão, contamos convosco, militares da geração seguinte, para que coloquem sempre no centro das vossas preocupações o serviço que todos os soldados devem ao seu país e que engloba a defesa da liberdade individual, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

Esperamos ver-vos triunfar contra os que sonham fazer o vosso belo país voltar a uma nova ditadura que privasse de novo o povo português das liberdades individuais a que vós e nós estamos tão ligados.»

# A RÁDIO, A IMPRENSA E A CENSURA NA U.R.S.S.

por Francisco Ferreira

O artigo que a seguir publicamos tem a força e a convicção nascidas da experiência pessoal do seu autor. Com efeito, Francisco Ferreira (mais conhecido por «Chico da CUF») trabalhou, durante 22 anos, na Rádio Moscovo e conheceu, de muito perto, as «mais amplas liberdades» da informação soviética...

Lénin disse, certa vez, que a Rádio é um jornal sem dimensões e sem espaço. Não se referiu então, à Censura...

Trabalhei na Rádio de Moscovo, ligado à imprensa e à censura. Estive integrado nesse sistema longos anos: mais de vinte e dois.

Em todo esse tempo observei e compreendi plenamente o «critério» inexorável dos censores da Rádio e do Glávilit, censura especial oficial. Na Casa da Rádio, primeiramente na Praça Púchkin, a dois passos do diário «Izvestia», órgão oficial do governo da U.R.S.S., e, depois, nas novas instalações, perto da célebre Praça Vermelha, esses censores visavam os materiais «dirigidos», que sempre eram acompanhados da tradução para russo. Portugal figurava entre os países aos quais eram transmitidos comentários «dirigidos».

Os censores que conheci, ao longo desses anos, chegavam ao ponto de censurar jornais portugueses já censurados na origem, embora eles fossem para serviço informativo exclusivo dos funcionários da Rádio.

O «Diário da Manhã» (saía ainda com esse nome) era o porta-voz da política oficial portuguesa de então. Chegava a Moscovo com certa regularidade por intermédio de uma agência internacional especializada nessa útil tarefa. O «Diário da Manhã», dada a sua ideologia fascista, era alvo, constantemente, da ferramenta que em Portugal alcançou categoria presidencial: a tesoura. De alguns números desse diário pouco mais ficava do que o cabeçalho. Por vezes a punição censória excedia esse limite, se determinados artigos eram abertamente anti-soviéticos ou considerados como tal por outros motivos discutíveis. Desses números do «Diário da Manhã» nada ficava. Desapareciam.

Imaginem as vezes que esse diário não desapareceu! Os censores sempre encontravam resposta às minhas perguntas: onde estavam os números do Jornal dos dias tal e tal?...

— A agência fica com o diário e com essa podridão — respondiam os decididos censores moscovitas.

Esse «destino» era extensivo aos outros jornais do Ocidente. O «República», de Lisboa, que tem sido castigado, agora, por revolucionários tão afins aos censores moscovitas, tão-pouco escapava à severa tesoura logo que inseria artigos ou notícias que lhes causavam desgosto...

O estatístico «Jornal do Comércio», de Lisboa, era o

menos alvejado naquele tempo, mas não foram raras as vezes que a tesoura entrou também com esse Jornal.

As publicações brasileiras e portuguesas eram destinadas aos funcionários da Rádio, embora não a todos. Os jornais e outras publicações estrangeiras encontravam-se fechados a sete chaves numa estreita sala onde só era permitida a entrada àqueles que eram autorizados para tal. Em 1965, apenas quatro «felizardos» (eu entre eles) dos 18 colaboradores das emissões dirigidas a Portugal e ao Brasil, tinham licença para ler esses jornais. Era rigorosamente proibido recortar ou levar qualquer jornal para fora da sala, nem sequer para a redacção.

Os 10 milhões de Portugueses, supondo que chegávamos a esse número, tinham plena liberdade para ler todos os jornais e publicações editados em Portugal. Nem todos se contagiavam com a leitura dessas publicações. Até exigiam a realização de eleições que, sendo livres, — insistiam, — os resultados seriam respeitados. As opiniões de alguns portugueses (?) mudaram tanto quanto às eleições, e não só...

Na capital da União Soviética, colaboradores portugueses da Rádio, isto é, funcionários políticos, estavam privados de ler, tal como eram publicados em Lisboa, os poucos jornais da província que chegavam a Moscovo...

Não eram censurados apenas esses jornais portugueses. A «TASS branca», serviço especial de informação dessa agência de informação soviética, sujeito ao mesmo regime de censura, poucas vezes chegava às minhas mãos e raramente era fornecido aos jornais soviéticos.

Isso dá motivo para pensar que os burocratas moscovitas têm pouca confiança não só nos colaboradores estrangeiros, como também no público soviético em geral. Não será assim?

«A imprensa (soviética) continua a silenciar certos aspectos, todavia essenciais, da vida do nosso país e numerosos assuntos são de novo proibidos» — escreveu em 1972, no seu livro «Da Democracia Socialista», o cientista soviético, membro do partido comunista russo, Roy Medvedev. «As publicações — acrescenta ele — hesitam em abordar os problemas da vida política, económica ou internacional. As emissões de rádio estrangeiras são de novo interditas. Certos jornais comunistas da Europa Ocidental não chegam aos seus assinantes e a sua venda na U.R.S.S., é muito irregular...»

A censura moscovita — reconhece esse cidadão soviético — continua a interferir brutalmente nas publicações, tanto da União Soviética como dos países estrangeiros.

Além dos jornais, os chamados artigos originais, dirigidos, sofrem igualmente as consequências do «critério» dos referidos censores. Para a sua aprovação, esses artigos necessitam um mínimo de seis assinaturas, por isso, são obrigados a longa e sofrida peregrinação. Muitos artigos são encafuados se abordam problemas internos do país em questão.

Entre os artigos dirigidos a Portugal, poderão ser encontrados ainda — quem sabe? — nas gavetas sem fundo dos censores, originais focando a ruínoosa situação da indústria corticeira portuguesa.

Os artigos sobre a situação desse ramo da economia portuguesa, particularmente se comentavam o problema da exportação de cortiça em prancha, como simples matéria prima, não eram aprovados mesmo que fizessem críticas aos «ávidos importadores norte-americanos» de cortiça portuguesa.

Esses artigos eram encafuados devido a fazerem alusão a uma disposição, aprovado em 1911, pelo governo da República Portuguesa proibindo a exportação de cortiça em prancha. Essa disposição tinha o objectivo de proteger não só o ramo, como também a mão de obra desse importante sector da economia portuguesa. Compreende-se que, se a disposição oficial de 1911 fosse observada, a indústria corticeira poderia dar trabalho a milhares de portugueses. Alguns industriais do ramo até calculam que a cortiça podia dar trabalho a 150 000 operários.

Isso não sucede, porque, Portugal, o maior produtor de cortiça do mundo, não tentava solucionar a crise existente na indústria corticeira...

A União Soviética importa no fundamental cortiça portuguesa em prancha, como simples matéria prima, e observa os preços mundiais vigentes desse produto, preços esses que, como se sabe, são impostos pelas grandes potências. A U.R.S.S., não paga mais além dos preços vigentes no mercado. Por isso alguns economistas declaram que a exploração dos países do Terceiro Mundo é feita, em igual medida, por todas as grandes potências...

Os jornais portugueses, mesmo no tempo do regime de posto pelo Movimento do 25 de Abril, reconheciam não poucas vezes, e nem todos demagogicamente, a condenável situação ruínoosa da indústria corticeira portuguesa.

Seria por isso que os censores da Rádio Moscovo encafuavam, sem explicações, os comentários da redacção «portuguesa» dirigidos aos ouvintes portugueses?



# A LIBERDADE REVOLUCIONÁRIA

A clareza e, ao mesmo tempo, a profundidade dos pontos de vista que Edgar Morin desenvolve no artigo que se segue, analisando as relações entre o processo revolucionário e a liberdade da informação, levam-nos a transcrevê-lo na íntegra do último número do semanário «Le Nouvel Observateur».

O caso de «República» não é apenas um revelador dos conflitos internos em que se joga o destino da revolução portuguesa. É também um revelador das nossas próprias capacidades de analisar e de situar, de modo sociológico e político, o problema da liberdade da imprensa.

O que é, pois, muito revelador aqui, entre os que se dizem de esquerda, é — tanto no silêncio como no comentário — a impotência perante uma alternativa que obriga a escolher entre processo revolucionário e liberdade da imprensa. Um recente editorial do «Monde», intitulado «Revolução e liberdades» é exemplo muito representativo de uma estrutura de raciocínio paralisada porque, nas suas próprias premissas, constitui uma simbiose frouxa entre:

— um princípio liberal que não admite dano nas liberdades;

— um princípio progressista que subordina as liberdades de expressão ao triunfo da revolução.

Digo «simbiose frouxa» porque a expressão do liberalismo tornou-se extremamente tímida e cautelosa, e porque a adesão à revolução é aí extremamente prudente e respeitosa. Isso é também revelador.

O problema da liberdade da imprensa coloca-se de maneira paradoxal. Muitos daqueles para quem a liberdade de imprensa, em relação a um regime fascista ou reaccionário, constitui um bem absoluto e uma exigência progressista, consideram essa mesma liberdade, quando se desenvolve um processo julgado revolucionário, como um bem acessório e um perigo reaccionário.

Este paradoxo pode resolver-se com facilidade numa operação de pensamento cuja lógica é a seguinte:

1. A liberdade de imprensa é uma «liberdade formal» e, no processo revolucionário, torna-se um luxo superficial para intelectuais burgueses; está subordinada à conquista das liberdades reais pelas massas trabalhadoras.

2. A liberdade de imprensa

torna-se perigosa num processo revolucionário; como amplas massas permanecem ainda submetidas à antiga ideologia dominante, a liberdade de imprensa constitui ao mesmo tempo o resguardo e a arma da contra-revolução.

3. Se se apresenta então um conflito entre liberdade de imprensa e processo revolucionário, a revolução não pode progredir senão em detrimento da liberdade da imprensa, que se torna cada vez mais portadora de ameaça reaccionária.

A partir daí, todo o protesto contra um atentado à liberdade de imprensa, toda a defesa de «República», aparece necessariamente como uma atitude moderada travando a revolução, mesmo como uma atitude contra-revolucionária. Sob esta questão mesmo se estabelece automaticamente a clivagem revolução/reacção, e os que defendem um pedaço de papel, de preferência a pensar em alimentar um povo esfomeado ou em alfabetizar um povo iletrado são remetidos para os caixotes de lixo da história.

Somos tanto mais receptivos a este modelo de pensamento quanto ele se encontra em ressonância com a ideia, adquirida nos bancos da escola, de que a Revolução de 1789 em perigo se salva respondendo aos seus inimigos com o Terror. Mas o terror de 1793 não tinha valor nem sentido senão numa situação de urgência e de perigo extremos para uma revolução de que a primeira das três máximas era «liberdades». Desde logo o primeiro problema que se encontra aqui posto é o do próprio processo revolucionário português.

Para onde vai ele? Qual é o seu modelo? Sabemos que há actualmente hesitações e incertezas. Mas também sabemos isto: que ainda não existe no mundo nenhum modelo de socialismo democrático. Em compensação, existem diversas variantes de socialismo de aparelho, cujo traço comum é a hegemonia de um aparelho único tendente a concentrar em si todos os poderes, a começar pelo poder de informação. Estas variantes tiveram por origem a organização social forjada na U.R.S.S. de 1917 a 1937, em que se cumpriu perfeitamente a concentração de todos os poderes no aparelho do Partido.

Assim, — dada a ausência de qualquer modelo de socialismo democrático;

— dada a virulência organizacional do modelo de aparelho;

— dado, enfim, que o abafar das vozes dissonantes e das múltiplas fontes de informação, quer dizer, de uma verdade oficial definida sempre pelo poder, duas questões se põem:

— A urgência revolucionária, invocada para sacrificar a liberdade da imprensa, não encobre, de facto, a elaboração de uma estrutura permanente?

— A ideia de autodefesa do processo revolucionário contra a intoxicação reaccionária não dissimulará a propagação de uma nova intoxicação a coberto da palavra «revolução»?

Se a revolução avança à custa da sufocação da imprensa, então ela volta às costas à esperança de um socialismo original «à portuguesa» e dirige-se, de modo cada vez menos original, para o modelo monótono do socialismo de aparelho. Então, as manchas da revolução transformam-se em estruturas da revolução. O estado de sítio tornou-se o sítio do Estado.

Também devemos perguntar-nos quais são, no seio de um regime de aparelho, as relações entre estrutura da informação e estrutura da sociedade. Tende-se demasiado a considerar que a informação diz respeito às «superestruturas» e às «liberdades formais», sempre secundárias relativamente às liberdades reais. Isto resulta de que uma carência muito grave nas teorias sociológicas, burguesas ou marxistas, nos impede de conceber a relação muito profunda entre organização da informação e organização da sociedade. Para apreender esta relação, é preciso ligar o que o termo «informação» significa na linguagem da imprensa ao que significa nas ciências da organização oriundas da cibernética. A informação, numa máquina, é o «programa» que comanda a energia. Num organismo, é o «código genético» que comanda o desenvolvimento e a sobrevivência. Na ordem das sociedades humanas, a informação assim entendida cobre as regras, as normas, as proibições, o «saber fazer», os conhecimentos, incluindo as informações de imprensa, ou seja, tudo o que permite o controlo e o comando.

Neste sentido, controlar a informação é controlar o que controla, comandar o que comanda, formular o que dá forma. A apropriação do controlo por uma elite dirigente reduz a maioria dos cidadãos à execução das tarefas puramente energéticas. A relação dominante da informação sobre a energia do campo da física produz-se na relação sociológica do explorador para o explorado.

Assim, a monopolização da informação por uma minoria corresponde não só a uma monopolização de poder como a uma sujeição generalizada. Assim, a capitalização monopolista da informação por um aparelho único é, na verdade, o auge do capitalismo monopolista. Ela permite-lhe aspirar à legitimidade.

Toda a dominação particular se mascara por trás de um princípio universal. A monarquia de direito divino punha Deus a falar pela sua boca; a burguesia punha a falar o homem. É claro que isso supunha, no primeiro caso, o silêncio de Deus e, no segundo, o do ho-

mem. O aparelho de direito pretensamente «marxiano» faz o povo falar pela sua boca. Mas é claro que para esta operação ventríloqua ele precisa de fazer calar o povo.

O controlo da informação, invocado para construir um verdadeiro socialismo, é justamente o que permite construir um pseudo-socialismo e, ao mesmo tempo, mascarar essa máscara. Se na U.R.S.S. se reconstituíram uma dominação de classe e uma exploração do homem pelo homem, esse novo poder baseou-se na apropriação do povo está privado de qualquer dispositivo de eleições competitivas na empresa, no município, na circunscrição, na nação; o rosto de uma sociedade progressiva onde não há direito à greve, onde há passaporte interno, fiscalização policial hipertrofiada, «arquipélago de Gulag». Imediatamente, à luz deste exemplo do comunismo de aparelho acabado e completo, a conclusão é radical, implacável, desoladora, tranquilizante: não há avanço das liberdades ditas reais na perda das liberdades ditas formais. Toda a repressão na informação se traduz numa opressão na sociedade.

E é bem essa a grande descoberta dos intelectuais polacos e húngaros em 1956-1957, dos intelectuais checo-eslovacos em 1968, quando se aperceberam de que as liberdades de expressão a que aspiravam correspondiam ao apelo e às necessidades dos operários e dos camponeses. Devemos reaprender que a liberdade impede, não o proletário de comer, mas o tirano de dormir. A ideia de que é preciso pagar com uma privação de liberdade a aquisição de um pouco de igualdade deve ser denunciada como um mito reaccionário.

Deste modo, o problema da liberdade de informação, de secundário, torna-se central para hoje e para amanhã. A possibilidade de uma expressão não controlada pelo poder não tem por função satisfazer as manias decadentes da *intelligentia* burguesa. Não é um feticismo de intelectual, um luxo de liberal saciado. É um problema de organização da sociedade.

Sabemos hoje que a ciência não pode existir enquanto tal senão porque constitui um meio de investigadores em que são possíveis a confrontação das teorias antagonistas e o exercício da crítica, que sem cessar impedem a tendência natural para o dogmatismo e para o pontificado de transformar a ciência no seu contrário. Do mesmo modo, uma sociedade não pode libertar a sua própria verdade a não ser através dos afrontamentos. Se o que é próprio de uma sociedade socialista é constituir uma sociedade sem classes, portanto liquidar

os antagonismos de classes, ela não pode já ser animada senão pelo jogo das oposições, das contradições, dos antagonismos e nível das ideias e das informações: a pluralidade das fontes de informação é uma das primeiras condições de uma tal sociedade. Se as liberdades da imprensa são restringidas ou falseadas nas sociedades burguesas, o problema é, numa sociedade socialista, não anulá-las e multiplicá-las. Marx, entre parêntesis, denunciava nas «liberdades formais» a insuficiência, não o excesso de liberdade.

Assim, a organização complexa, democrática e libertária da informação é um problema organizacional chave de uma sociedade socialista. Sem uma tal organização, o socialismo

inverte-se em seu contrário, tornando-se o socialismo da «Voz do Dono».

Ser-se-á capaz de construir uma política e uma prática da liberdade revolucionadora e revolucionária? Seria necessário para tanto ser capaz de pensar para lá das alternativas que parecem inelutáveis, como entre revolução e liberdade, sem contudo crer que uma e outra se aliam maravilhosamente e miraculosamente. Isso suporia um verdadeiro re-pensar, no curso do qual seria preciso revolucionar a ideia de revolução.

Se não, não só não estamos prestes a sair de uma das maiores tragédias da história, como estamos prestes a recomeçá-la.

EDGAR MORIN



Nos «quiosques» de jornais de toda a França, as edições do «Quotidien» em que o nome «República» surge também em cabeçalho tiveram larga procura (Foto SIGMA — Agência Dias da Silva)

## SOLIDARIEDADE DO QUOTIDIEN de paris

O encerramento do «República» teve na Europa uma repercussão que surpreendeu muita gente que, aqui em Portugal, teima em considerar insignificante uma situação que é, na realidade, muito grave. Para aperceber-se dessa gravidade é de facto necessário que se tenha consciência do valor de certas liberdades — consciência para a formação da qual por certo não contribuiu

o longo período de opressão e de censura fascistas vivido, em alguns casos sem revolta, pelos partidários dessa insignificância.

A maior das surpresas dadas aos portugueses por essa repercussão europeia foi a transcrição de textos do «Jornal do Caso República» em páginas e suplementos especiais publicados pelo «Quotidien de Paris».

Sublinhar aqui o carácter espontâneo da atitude do jornal francês é não só valorizar essa oferta como esclarecer que são falsas as acusações que nos fazem de procurarmos atear a fogueira acesa por este caso na imprensa e na opinião pública estrangeira. A iniciativa foi do «Quotidien de Paris». Nós aceitámo-la como gesto de solidariedade e de hospitalidade que não se podia

rejeitar e que, pelo contrário, se agradece vivamente.

Desse gesto resultou, aliás, mais do que um atear de qualquer fogueira sobre assuntos portugueses, a transposição de alguns temas abordados por este jornal e que só no contexto português nos interessam, para a perspectiva de outros ambientes políticos, mais precisamente do francês. As posições que nesse campo

se possam tomar e as conclusões que desse ponto de vista se tirem sobre esses temas e a nossa própria posição, nada têm evidentemente a ver com os objectivos da nossa luta, que visa exclusivamente a liberdade de expressão, aqui e agora — neste país que é o nosso e neste momento crucial do processo revolucionário que vivemos.



Philippe Tesson (ao centro) rodeado pelos redactores do «Quotidien de Paris», planeiam mais um dos suplementos do jornal dedicado ao «Caso República» (Foto SIGMA — Agência Dias da Silva)



Em grandes cartazes afixados em paredes das ruas de Paris, o «Quotidien de Paris» anuncia a edição francesa de «República» (Foto SIGMA — Agência Dias da Silva)

## DOCUMENTO ENTREGUE AO CONSELHO SUPERIOR DA REVOLUÇÃO

A direcção, a administração e os redactores de «República» fizeram nova tentativa para entrar nas instalações daquele jornal: a quarta tentativa e, também esta, como as anteriores, frustrada. Em face desta situação, os componentes do Conselho de Administração da Editorial República e o presidente da Assembleia Geral daquela empresa fizeram chegar ao Conselho Superior da Revolução o seguinte documento:

actualmente ocupa as instalações.

Considerando esta Administração e os trabalhadores coartados do seu direito ao trabalho que esgotaram todos os meios ao seu alcance no sentido de normalizar uma situação para a qual não contribuíram e cujo prolongamento põe em risco a sobrevivência da empresa e os legítimos interesses de todos os trabalhadores, solicitam ao Conselho Superior da Revolução que tome as medidas adequadas ao integral cumprimento do que determinou para solução deste problema.

Agradecendo antecipadamente a urgência que a gravidade da situação amplamente justifica, a Administração, interpretando também a vontade expressa dos trabalhadores impedidos de acesso ao jornal, fica a aguardar a execução das determinações do Conselho Superior da Revolução.

Assim o prof. Dias Amado, presidente do Conselho de Administração, dr. Gustavo Soromenho, administrador-delegado, drs. Costa Neves e Carlos Estorninho, administradores, bem como o dr. José Magalhães Godinho, presidente da Assembleia Geral. Numa nota final, declara-se que o dr. Raul Régio, director e administrador de «República» não assina por se encontrar ausente no estrangeiro.

A Administração da Editorial República, SARL, proprietária do jornal «República», vem informar o Conselho Superior da Revolução que as instalações do jornal se encontram ocupadas por uma parte dos trabalhadores os quais impedem a entrada dos restantes trabalhadores nos seus locais de actividade. Este impedimento, que se verifica desde o dia 19 de Junho, não obstante as várias tentativas feitas para o superar, confirmou-se uma vez mais e de maneira inequívoca, na manhã de hoje, dia 3 de Julho.

Tanto esta Administração como os trabalhadores impedidos de entrar no jornal têm manifestado sempre a sua disposição de fazer cumprir rigorosamente o determinado pelo Conselho Superior da Revolução através do seu comunicado de 6 de Junho, no que têm sido impedidos pela facção que



# "A IMPRENSA ESTÁ A USAR O TOM MONOCÓRDICO QUE FOI O DE 40 ANOS"

— afirmação feita numa importante mesa-redonda promovida e publicada pelo "Jornal Novo"

O comportamento da Imprensa portuguesa no evoluir do processo revolucionário constituiu o tema preambular da recente mesa-redonda sobre «jornais independentes» realizada pelo «Jornal Novo», com a participação de Raul Régo («República»), Francisco Pinto Balsemão («Expresso») e Joaquim Leria («O Jornal»). Muitas das declarações dos intervenientes no colóquio projectam contribuições extremamente importantes e objectivas para o entendimento de aspectos essenciais do «caso República», pelo que reproduzimos a seguir, na íntegra, as respostas à citada questão formulada pelo «Jornal Novo» («Qual tem sido o comportamento da Imprensa na revolução portuguesa?»):

**Raul Régo** — Eu acho que a Imprensa na revolução portuguesa desde o 25 de Abril pode ser tida, realmente, como um barómetro da evolução política verificada desde então.

Eu não me esqueço, que no dia 27 de Abril de 1974 houve a primeira conferência de Imprensa da Junta de Salvação Nacional aos órgãos de Informação, nacionais e estrangeiros e, de facto, quarenta e oito horas depois da revolução, eu senti-me o único reaccionário de toda a Imprensa portuguesa, porque todos os outros directores, todos os chefes de redacção me tinham ultrapassado em quarenta e oito horas!

Estavam muito além daquilo que eu tinha sido durante anos.

A Imprensa portuguesa, não esqueçamos, parte dela já era do Estado através da Caixa Geral de Depósitos, pelo menos dois dos grandes órgãos de Lisboa, um através de acções, outro através de empréstimos, e um dos grandes órgãos no Porto. A grande Imprensa portuguesa que já era do Estado através da Caixa Geral de Depósitos evidentemente que optou, imediatamente por seguir a norma das pessoas que mandam, dos governantes, sejam eles quem forem.

Ainda que os do dia 26 de Abril sejam inteiramente contrários aos do dia 24 de Abril.

Após isto, verifica-se um desequilíbrio, não só na Imprensa como em toda a vida nacional. A Imprensa tem reflectido esse desequilíbrio, mas não o tem ultrapassado. Pelo contrário, parece-me que é mais sã a actual Imprensa, do que a anterior a 25 de Abril.

Porque, antes, receava falar de determinados pontos. Actualmente falará demais (há quem o diga, inclusive, que critica demais mas eu não percebo porquê).

Desde o momento em que nós somos os homens públicos, e os homens públicos estão expostos a críticas ou pelo menos

devem estar: senão endeusam-se.

Não há críticas excessivas, o que pode haver é acções erróneas ou críticas extemporâneas, mas para isso há o direito de resposta.

Parece-me que após o 25 de Abril a Imprensa tem reflectido a vida nacional no seu monotonismo, com aquele seu tom monocórdico que foi a de 40 anos.

**Pinto Balsemão** — Eu gostava de sublinhar duas coisas com piada. É que as mesmas pessoas que no dia 24 escreviam os editoriais e faziam todos os «rapa-pés» possíveis ao regime fascista, no dia 27 estavam a fazer os mesmos «rapa-pés»...

Segundo me recordo, durante essa reunião, fomos chamados, o dr. Raul Régo e eu, ao então coronel Vasco Gonçalves (foi a primeira vez que o vi) pedindo-nos uma ajuda sobre todo o problema ligado ao MFA.

Pegando aí, o que realmente me parece é que a Imprensa estava bastante corrupta. As pessoas recebiam muito dinheiro dos ministros, os directores eram directores políticos, havia uma censura interna quase dispensável. Na maior parte dos jornais, a censura era oficial, porque pertencendo a grupos económicos faziam uma política informativa que coincidia em princípio com o Governo. Quando isto não acontecia, era muito claramente definida pelos proprietários e controlada e fiscalizada pelos directores (claro que há excepções, e o dr. Raul Régo é uma delas). A nível dos jornalistas, todos nós sabíamos as listas que havia nos ministérios com os nomes dos que recebiam de lá, às vezes até de vários ministérios!

Aliás, estas listas nunca foram devidamente divulgadas.

**R. R.** — Quero dizer ao dr. Balsemão que não foram divulgadas mas anuladas, na segunda quinzena de Maio de 1974, pelo Ministério da Comunicação Social. Foi anulada e era uma lista de quinze pessoas...

**Jornal Novo** — Anuladas como? Desapareceram?

**R. R.** — Não, acabou-se com os subsídios. As listas, com certeza, existem nos ministérios...

**P. B.** — Por outro lado, houve da parte de muita gente uma espécie de complexo de culpa, a necessidade de justificar toda uma série de serviços prestados ao regime anterior.

Quanto a mim, a isso ligam-se deficiências técnicas, profissionais. Sobre o jornalismo português, Jean Paul Sartre disse uma coisa com piada, isto é, que a Imprensa portuguesa era um bloco de comunicados.

Essa maneira de fazer jornalismo é no fundo uma forma de disfarçar determinada incapacidade de análise e de correção de factos.

Isso, tanto se verificava antes, como depois. Não é por acaso que o «Diário de Notícias» há uns meses atrás, titulava exactamente da mesma maneira como titulava antes do 25 de Abril. Por exemplo: «Campanha internacional orquestrada contra Portugal». Não se conseguia libertar de determinado tipo de vocabulário, de determinadas limitações profissionais.

Curiosamente, é dos sectores onde houve menos sancaamentos. Os que têm medo do sa-

*Continua na pág. seguinte*

## RAZÃO SEM PÃO

«Então, como vai essa história da República?» pergunta o capitão. Respondo que está tudo na mesma, que não se cumpre a determinação expressa no comunicado emitido pelo Conselho Superior de Revolução, que não nos foi ainda facultado o acesso ao nosso local de trabalho, que continuamos impedidos de pôr na rua um jornal que sempre quisemos e soubemos fazer e ao qual aderiam, todos os dias, mais de cem mil leitores interessados — esses mesmos leitores que neste momento nos expressam a sua incondicional adesão à luta que ora travamos em defesa da liberdade de expressão do pensamento, fazendo chegar até nós, pelas mais variadas formas, o eco do seu apoio, a manifestação da sua solidariedade. Após o meu esclarecimento, o capitão mostra-se muito surpreendido, alinhna algumas palavras a um tempo contemporizadoras, por outro verberando a situação de impasse, e termina com um categórico e consolador «O caso tem que ser resolvido».

«Então como vai essa história da República?» pergunta o brigadeiro, pergunta o tenente, pergunta o coronel, pergunta o capitão-de-mar-e-guerra. Todas as perguntas são feitas no átrio do belo edifício onde funciona o Centro de Sociologia Militar, ali para os lados das Necessidades. Todas as respostas são iguais à que dei ao capitão. E todos os inquiridores, no final, tal como o primeiro, mostram a sua surpresa, unem os seus aos meus lamentos e, para terminar, debitam o tal categórico «O caso tem que ser resolvido». Naquela casa, todos me deram razão, mas... mais nada. É assim a modos que uma «casa onde há razão mas ninguém dá o pão».

V. D.

# "UM DOS CASOS MAIS TRISTES"

— artigo de URBANO DUARTE

No semanário «Correio de Coimbra», publicou o cônego Urbano Duarte um artigo sobre o «caso República». Conhecia a posição liberal e progressista daquele eclesiástico, e dado o teor do artigo, aqui o transcrevemos com a devida vénia:

«O vespertino «República» foi o caso mais típico de resistência à ditadura salazarista. Resistiu por quanto pôde crescer e por quanto não quis escrever — manobrando a arma do silêncio.

E resistiu, precisamente naquele espaço e naquele tempo, em que os outros meios de comunicação social — Rádio, Televisão, jornais da manhã e da tarde — formavam coro unísono e monocórdico, em louvor de incenso e glória do «único regime que convinha à Pátria».

Durante meio século sofreu as agruras da pobreza, da solidão e dos vexames, só porque não abdicou dos ideais democráticos que lhe haviam determinado o nascimento.

Se em Portugal, após o 25 de Abril, existe diário que, para sobreviver, não precisou de resuscitar, esse é, sem contestação possível, «República».

Não se vendeu por benesses. Não se humilhou para subir. Nunca balu de cordeiro para saborear carícias de mandões.

Exemplo extraordinário de independência e verticalidade. E isto desde o Director aos redactores e gráficos, que se uniam em família sob o mesmo tecto, como penedo, para aguentar a tempestade.

Com o advento da Liberdade, «República» não precisou de bruscamente fazer compras em nenhum «pronto-a-vestir» para descer à rua. Arrancaram-lhe o predregulho que lhe oprimia o peito, e foi quanto bastou para a figura digna e correcta que sempre quis ser. E todos somos testemunhas de como durante um ano — o ano milagreiro das conversões repentinas e em série (ou se quiserem, o ano do maior número de intervenções cirúrgicas para modificar narizes, testas e bocas!) — «República» prosseguiu a caminhada, em esbelto exemplo do que é um diário livre, face aos favores do Estado e face às exigências ou defeitos do momento.

Exemplo alçapremado a maior grau de dignidade pelo contraste com o triste espectáculo de toda uma série de jornais caídos, pela nacionalização da banca, nos tentáculos do Estado, e logo vestidos com o mesmo uniforme de asilo, de gestos e vozes iguais, em total obediência às indicações do mestre-escola, que está lá em cima (ou em lugar oculto), e não no meio do povo que, de verdade, este sim precisa de ouvir e de enviar recado.

Se Portugal perdera o gosto das ideias pessoais, objectivas e críticas; se apanhara o feitiço de larga estante de armazém onde se empilham objectos fabricados em série; se os portugueses precisam de renascer

para a novidade de homens pensantes com criatividade e participação; se todos nós estamos fartos de verdades únicas e difundidas pelos órgãos de opinião única — «República», com Raul Régo e seu corpo redactorial, porque discutia contentava, divergia, sem que ninguém pudesse envergonhá-la de «reaccionária», cumpria o premente dever de ensinar os leitores a serem livres.

Por isso foi com enorme tristeza que recebemos a notícia da violência que empareudou os responsáveis pelo pensamento do jornal. Mal nos vai se os perseguidos de ontem são os perseguidos de hoje. Os gráficos são os artistas do fato, que o jornal veste. Mas um jornal é outra coisa que não o vestido. Se falta a ideia, a palavra, a cultura, o contacto com a teoria e a prática, com o ideal e a experiência, o dom e a técnica da transmissão — então ninguém gaste dinheiro com jornais, porque em vez de um ser vivo, com espírito para «espalhar por toda a parte», o jornal não passará de um manequim onde dependuram panos para turista ver.

Não levantemos a discussão se os pés são mais importantes que os braços e os braços mais que a cabeça. Cada coisa no seu lugar, para que o homem não seja um aleijado. Mas, sem cérebro, o homem nem aleijado é. — URBANO DUARTE



# MESA-REDONDA SOBRE IMPRENSA PORTUGUESA

Cont. da pág. anterior

neamento têm que ir à frente da onda, pois têm medo de se deixar enrolar.

Há também, evidentemente, problemas políticos.

E não podemos ter ilusões. Isso verifica-se ao nível da selecção do material, ao nível da titulação, ao relevo dado a cada coisa. Teria muito interesse fazer uma comparação dos títulos dos quatro jornais da tarde de sábado, a propósito deste comunicado do Conselho da Revolução. Há nestes títulos uma clara acção política. É necessário reconhecer-se uma nitida filtração nalguns meios e nalguns jornais (talvez até nos principais) de pessoas que passam a fazer um determinado tipo de censura interna.

Eu não trabalho em nenhum desses jornais, no caso do «Expresso» isso não acontece, mas basta ler o que neles sai, para concluir que deverá haver alguma filtragem. Essa filtragem traz o que é chamado monolitismo.

R. R. — Essa censura confunde-se, quanto a mim, muitas vezes com falta de profissionalismo. Porque há uma coisa elementar no jornalismo, que é o direito da resposta. Basta ver, quando por vezes se intitulam comunicados do COPCON, a respeito do «caso» República. E atiram para as páginas interiores, sem qualquer relevo, anavilhando aqui e além, as respostas que são dadas aos mesmos comunicados. Isto demonstra que não é apenas censura, mas falta de profissionalismo. Além de censura, há realmente o sentimento de culpa. É querer dar sempre razão a quem está por cima.

P. B. — Estas deficiências técnicas, medo e filtrações políticas, tudo isso se reflecte na ausência quase total de capacidade crítica, a não ser para criticar, para bater em determinados pontos que são aqueles que se considera que convém bater naquele momento, sejam partidos políticos, seja o MFA.

Isso não é capacidade crítica, para mim visto que a crítica deve-se dirigir a quem merece ser criticado, independentemente de ser o MFA, ou o partido A, B ou C. E isso não se verifica no panorama geral da Imprensa portuguesa.

Joaquim Letria — Eu também compartilho dessa opinião. Os primeiros seis meses da revolução de 25 de Abril não vivi cá. Tinha uma grande ansiedade de procurar jornais portugueses e de buscar pormenores daquilo que se passava aqui. E a verdade é que os jornais portugueses que me chegavam às mãos não me informavam. Davam exactamente aquilo que foi referido por Sastre, davam-me pois toda uma manta de retalhos, mas não uma visão panorâmica.

Acho que, efectivamente, a Imprensa mudou de sinal; se era subserviente até 25 de Abril em relação ao anterior regime, após o 25 de Abril continuou subserviente a este regime. Em alguns casos, até compreendo que haja sinceridade de posições, mas o facto é que se abdicou do papel crítico que deveria ter. Papel crítico de contrapoder, inclusive até na própria linha que se propunha para o novo tipo de regime aqui no nosso país. Isso não é feito por receios.

Há de facto na Imprensa, eu também não trabalho nesses jornais, mas sei o que por ali se passa, há de facto uma grande falta de profissionalismo.

A direcção dos jornais reflecte uma grande ausência de política de informação e, evidentemente, que há grandes choques entre várias correntes partidárias.



2.ª EDIÇÃO DE AUTO COLANTES

Esgotada a primeira edição, de algumas dezenas de milhar, está já pronta uma 2.ª edição dos auto-colantes acima reproduzidos. Estes auto-colantes, podem ser adquiridos, ao preço de 5500 por unidade, na Rua do Telhal, 12, 2.ª, Esq. em Lisboa.

# OS "PATRÕES" DE "REPÚBLICA"

REPRESENTANTES DE VÁRIAS TENDÊNCIAS POLÍTICAS

Nos comunicados da «Comissão Coordenadora de Trabalhadores» do nosso jornal da Rua da Misericórdia, 116-1.º, nesta altura ocupado pela mesma Comissão e seus aliciados não se cansam, os da Comissão, de se referir à entidade patronal, em termos depreciativos, de servir os interesses burgueses...

A tal comissão, constituída pelos empregados mais recentes, admitidos uns há dois ou três anos e outros não ultrapassando a meia dúzia de anos de casa, entendeu, desde logo, chamar a si a ingente tarefa de modificar, para uso próprio, a orientação de «República». A orientação de «República» que os milhares de leitores sempre aplaudiram e apoiaram e continuam a aplaudir e a apoiar, agora, este porta-voz que se chama «Jornal do Caso República». A orientação que mordisca nos seus gloriosos ideais (?) de bons «revolucionários», que os outros são contra-revolucionários... Os «contra-revolucionários» que estiveram sempre na frente de batalha, que sofreram perseguições, prisões e torturas e são capazes de dar a vida pela marcha da revolução socialista, bem embrulhada, isso sim, na Liberdade, que esta é que tem feito avançar a Humanidade para o seu destino substancializado na justiça e na igualdade, só possível na sociedade sem classes que se pretende instaurar neste país. Revolucionários. Contra-revolucionários. Ouvimos ainda há pouco, da boca de um oficial do Conselho da Revolução, cuja lucidez muito nos impressionou, durante uma das duas assembleias do povo de «República», na sala do Centro de Sociologia Militar: «Revolucionários — contra-revolucionários, alguém já definiu bem o que isso é?» Nós sabemos, senhor capitão, que quem blasona mais de revolucionários são aqueles cujos fins obscuros — não para nós que topamos perfeitamente a balda — não tem em vista senão os seus interesses particulares. O senhor capitão tocou bem na ferida.

Quando os da comissão quiseram (e teimam em querer) transformar uma questão claramente política num conflito de trabalho, onde nunca se pôs qualquer reivindicação salarial a não ser que aqueles dois dos aguerridos líderes da tal, desejem um aumentozinho aos seus magros ordenados de 18 continhos, tanto ou mais do que um general (!), nós reconhecemos o grande esforço que a comissão faz para ganhar a partida — abajar a voz do único diário antifascista de antes do 25 de Abril, cuja falada e contestada entidade patronal se conta por muitos milhares de pessoas. Pois é, amigos. Isto não conhecem (ou não querem conhecer) os da comissão, porque eles entraram há tão pouco tempo em «República» que até a defendem (leia-se impôr a sua orientação partidária) sem conhecerem o jornal por dentro. Saibam, portanto, eles que os nossos e seus patrões são simplesmente os accionistas do jornal. E os possuidores de acções são, na sua maior parte, trabalhadores. Trabalhadores, camaradas, de entre os quais chegaram a juntar-se quatro para subscrever uma simples acção de 100\$00. Os outros vieram de todos os extractos sociais, pequenos comerciantes, pequenos industriais, professores, médicos, advogados, com pequeno número de títulos cada um. E em toda esta gama de subscretores, havia (há) representantes de várias tendências políticas: republicanos democratas, socialistas, monárquicos liberais (de oposição ao antigo regime), e comunistas (ou aparentados). Comunistas, sim senhor, também guardam acções e alguns, até com bons bocadinhos...

Esses todos constituem a entidade patronal. Nunca tantos se juntaram tanto para manter a voz antifascista que se chama «República». E agora tão poucos querem acabar com ela. A pouca sorte deles é que os nossos leitores não deixam. Mas se (par hasard) a Comissão chegar a por-lhe a mão na boca para a estrangular, então afirmamos à puridade que «República» renascerá das cinzas como a fénix da lenda.

E a Revolução continua.

A. M.

## UMA ALMA SUPERIOR

— diz RUBEN A. de RAUL REGO

«Aparecem judas por toda a parte, mas aparecem os cristos da palavra, os homens do imediato enfrentar à força de organizações que dominam tudo menos a grandeza da pessoa humana» — afirma o escritor Ruben A. um dos maiores vultos da cultura portuguesa, autor de «O Mundo à Minha Procura», «Torre de Babel» e «Silêncio Para Quatro», numa carta que enviou ao nosso director, dr. Raúl Régio.

É o seguinte, o texto integral da missiva:

«Meu querido Raúl, a nobreza do teu carácter não precisa de testemunhos. A omissão nestas palavras seria grave dano no esquecimento. Anos de luta, anos dedicados à nobilitação do que de humano em gente se encontra, sempre atento ao exemplo dos nossos maiores, dos que foram ao longo dos séculos os denunciadores pela palavra, ou através da palavra, caso do teu interesse pela figura de Damião de Góes — chegou agora a tua vez, vez nobre no caminho difícil de tantas décadas. Foi a coroa de glória que poucos percebem, — não merecem o aviltamento, esse aviltamento

mostra a grandeza da tua alma e a projecção sensível do viver quotidiano de quem à verdade e à rectidão tem entregue os melhores dias da sua vida.

«Quem pode ficar indignado? Pelos actos abjectos do evacuar ficamos todos, honrados também por saber que quem foi ultrajado recebeu a distinção dos que no anonimato pretendem salvar a cabeça óca. Aparecem judas por toda a parte, mas aparecem os cristos da palavra, os homens do imediato enfrentar à força de organizações que dominam tudo menos a grandeza da pessoa humana. Queria que soubesses o sofrimento a que tenho estado votado pelo teu sofrimento, somos homens, mas o orgulho de haver homens da tua estirpe que nas velhas crónicas aprenderam o que outros nunca souberam soletar. Nas últimas décadas tenho acompanhado e elogiado de mérito absoluto a tua coragem e a tua escrita, cabe-me agora uma palavra de emoção e de sentimento, de contar entre os amigos uma alma de calibre superior, peço-te que me consideres sempre admirador ex corde, Ruben A.»



# CONVITE PARA O TRABALHO

Já nos chamaram falsários, reaccionários, contra-revolucionários, agentes ao serviço do imperialismo e do capitalismo, senhores endinheirados — e por singular benevolência — anti-fascistas de carteira recheada.

Que me lembre, nós não passámos de uma clara acusação de demagogia aos «leaders da classe operária» que auferem ordenados de cerca de vinte contos.

A lista dos nomes feios que nos chamaram justifica que insistamos nas acusações de demagogia barata — quem conhece o nosso passado sabe que temos razão.

Queremos, no entanto, apelar para **TODOS** os trabalhadores da «República» no sentido de se unirem para um regresso ao trabalho, sem ressentimentos entre a maioria, e sem agressões verbais que apenas servem como cortinas de fumo para ocultar os factos.

E se fossemos trabalhar, respeitando a legalidade revolucionária cuja defesa nos tem custado algumas colónias, de que não consideramos responsável a maioria dos trabalhadores da «República»?

ALVARO GUERRA

# AS PALAVRAS E OS FACTOS

Cont. da página 1

direcção foi rígida. O director e os administradores disseram ao COPCON que não aceitaríamos trabalhar com certos elementos do pessoal e, em particular, da comissão de trabalhadores. Isto não é legal. Se a direcção não estava de acordo com a resolução do Conselho, era preciso dizê-lo e não fingir aceitar para, depois, recusar conformar-se com ela.

## 1.ª "Imprecisão"

A resolução da C.S.R. não "podia" permitir a resolução do conflito — ela *pode* (e deve) resolvê-lo, em nome da autoridade moral e política do Conselho e da legalidade revolucionária.

## 2.ª "Imprecisão"

**JAMAIS** "o director e os administradores disseram ao COPCON que não aceitaríamos trabalhar com certos elementos do pessoal e em particular com os membros da comissão de trabalhadores". A direcção, a administração e os jornalistas disseram apenas que não trabalharíamos com o sr. Alvaro Belo Marques, uma única vez "director interino" da edição-pirata da "República" de 19 de Maio e ex-director comercial do jornal de onde se demitira dias antes, o qual não era obviamente membro da comissão dos trabalhadores.

O sr. ministro Correia Jesuino, com todo o respeito que lhe devemos, não deveria, portanto, ter dito que "isto não é legal".

Aliás, os jornalistas, a direcção e a administração sempre se mostraram dispostos a cumprir as determinações do Conselho Superior da Revolução (comunicado de 6 de Junho) e não o podem fazer porque a facção de trabalhadores que ocupam o jornal impede os jornalistas de ali entrarem.

## Palavras do ministro (II)

(em resposta à seguinte pergunta: Havia um acordo assinado entre a direcção e o Conselho da Revolução?)

"Sim. O acordo assinado previa que, se a administração e a redacção aceitassem as condições do Conselho da Revolução, o assunto seria encerrado e o COPCON reabriria as portas e retiraria os selos."

## "JORNAL DO CASO REPÚBLICA"

Proprietário: Gustavo Soromenho  
Redacção e Administração:  
Rua da Emenda, 13, 3.ª — Lisboa-2  
Composto e impresso por:  
Peres - Artes - Gráficas — V. Nova

## 1.ª "Imprecisão"

Não há qualquer acordo assinado entre a direcção e o Conselho da Revolução.

## 2.ª "Imprecisão"

O "acordo" a que se refere o sr. ministro não é acordo, é muito provavelmente o comunicado do Conselho da Revolução, de 6 de Junho.

## Palavras do ministro (III)

"Logo que a direcção nos pediu para reabrir o jornal, consideráramos que as condições estavam aceites. Era tático. Na realidade, não estavam aceites e foi o que conduziu este assunto para um impasse."

## 1.ª "Imprecisão"

Foi a administração quem pediu (ao COPCON e não ao ministro) que se abrisse a porta, pedindo também que fosse garantido concretamente o cumprimento da comunicação do Conselho da Revolução, nomeadamente o respeito pela Lei de Imprensa que a comissão de trabalhadores continuava a contestar, afirmando que ela não seria cumprida, pelo menos no que se referia à orientação ideológica do jornal. Apesar de tais garantias não nos terem sido dadas, os jornalistas tentaram várias vezes entrar no jornal, tendo sido sempre impedidos fisicamente de fazê-lo pelo grupo de trabalhadores ocupantes.

## 2.ª "Imprecisão"

Nós sempre aceitámos o cumprimento rigoroso das determinações do C.S.R. O impasse foi provocado unicamente pela intransigente recusa da comissão de trabalhadores de permitir a execução das referidas determinações.

## Palavras do ministro (IV)

"... Raúl Régio não gosta muito dos militares. Pensa que eles são estúpidos e teimosos. Ponho uma pergunta: quem é hoje teimoso? E devo acrescentar que acho abominável esta operação que consiste em publicar uma espécie de suplemento parisiense no "Quotidien de Paris". Porque isto vai reforçar uma ideia bizarra, e que acho muito antinatural, segundo a qual é necessário ler a imprensa estrangeira, e ouvir as rádios estrangeiras para encontrar alguma coisa de objectivo sobre Portugal. Penso que é falso e que isto contribui para divulgar a opinião de que

não temos aqui informação nenhuma, nenhuma liberdade. Acho isto criminoso."

## 1.ª "Imprecisão"

Raúl Régio não é a "República". Os gostos pessoais de Raúl Régio não são a "República". Nós somos 24 jornalistas e, não tendo nem querendo a exclusividade da democracia, praticamo-la. Dessa prática, nasce o nosso jornal. Entre esses jornalistas, muitos há que já demonstraram não ter gostos coincidentes com Raúl Régio, nomeadamente no que se refere aos militares. Isso não os impede de respeitar os "gostos" do seu director, tal como ele respeita os nossos. Por outro lado, a nossa teimosia, se existe, consiste apenas em querer cumprir um comunicado do Conselho Superior da Revolução.

## 2.ª "Imprecisão"

Não foi nossa intenção reforçar uma "ideia bizarra", até porque a iniciativa veio de Paris. Além disso, também nós consideramos que é falsa a ideia de que aqui "não temos informação nenhuma, nenhuma liberdade"; pelo contrário, nós até concordamos com o ministro Correia Jesuino quanto à "monotonia" da nossa imprensa. Claro que, no nosso caso, já se trata de mais do que de simples "monotonia", pois há quase 50 dias estamos impedidos de escrever no jornal onde habitualmente trabalhamos.

Permita-nos, pois, sr. ministro, que não aceitemos o carácter "criminoso" com que classifica a "operação Quotidien de Paris".

E ficamos por aqui, sr. ministro, no que respeita às comparações entre palavras e factos.

Uma última observação: passamos em claro a apreciação política do caso, mas registamos a classificação de conflito como sendo político e não de trabalho.

Aliás, o que nos interessa mais, a nós, jornalistas, é a defesa intransigente da liberdade de expressão e do direito à informação. A prática desta liberdade e deste direito, deverá o povo português o acesso à verdade que, por ser revolucionária, é indispensável ao nosso processo político.

Quando ao sr. ministro da Comunicação Social, reafirmamos que o consideramos um homem de boa vontade, empenhado em soluções justas para a informação, o que não o impede de cair em armadilhas como a desta entrevista ao "Nouvel Observateur", que o obriga a falar em pormenores de um assunto que ele parece não conhecer em pormenor.

# O PONTO DA SITUAÇÃO

Ao princípio da noite de 3 de Julho, a administração, a direcção e a redacção de "República" distribuíram, pelos órgãos de Comunicação Social, o seguinte comunicado:

Como é do domínio público, a quase totalidade dos trabalhadores de "República" esteve reunida, nos passados dias 1 e 2, nas instalações do Centro de Sociologia Militar, onde decorreram conversações na presença do Capitão Rodrigo Sousa e Castro, do Conselho da Revolução, e Major Arlindo Dias Ferreira, do COPCON. A Administração, Direcção e Redacção do referido jornal sentem-se no dever de dar conhecimento dos objectivos e dos resultados destas reuniões:

1 — Por sugestão dos dois referidos oficiais, a Administração, Direcção e Redacção de "República" aceitaram reunir-se com todos os restantes trabalhadores, afim de se assentar na maneira eficiente de voltar a fazer-se aquele jornal.

2 — A sugestão foi aceite na natural e expressa convicção de que todos os participantes estariam na disposição de acatar rigorosamente as decisões do Conselho Superior da Revolução, constantes do seu comunicado de 6 de Junho p.p.

3 — Após se chegar a acordo quanto à forma de pagamento dos salários até ao dia 30 de Junho (correspondentes ao período de não publicação do jornal) verificou-se que havia a pretensão de ampliar o tema das conversações, pretendendo a Comissão Coordenadora de Trabalhadores discutir o conteúdo e a forma do Estatuto Editorial, ultrapassando deste modo o que claramente determina a Lei de Imprensa em vigor.

4 — Criada esta nova situação de impasse, a Administração, Direcção e Redacção foram aconselhadas pelo Capitão Rodrigo Sousa e Castro a entrarem na manhã de hoje, dia 3, nas instalações do jornal, com vista à sua elaboração e publicação.

5 — Ao procurarem fazê-lo, na companhia do Administrador Delegado Dr. Gustavo Soromenho, a Direcção e os restantes jornalistas de "República" depararam com a intransigente oposição da Comissão Coordenadora de Trabalhadores, que apenas permitiu — como declarou — a entrada do referido administrador.

6 — Em face desta insólita situação, e após contacto pessoal com o Capitão Rodrigo Sousa e Castro, o Conselho de Administração e o presidente da Assembleia Geral da Editorial República dirigiram ao Conselho Superior da Revolução um documento no qual informam "que as instalações do jornal se encontram ocu-

padadas por uma parte dos trabalhadores, os quais impedem a entrada dos restantes trabalhadores nos seus locais de actividade".

Mais se afirma no documento em causa: "considerando esta administração e os trabalhadores coartados do seu direito ao trabalho que esgotaram todos os meios ao seu alcance no sentido de se normalizar uma situação para a qual não contribuíram e cujo prolongamento põe em risco a sobrevivência da empresa e os legítimos interesses de todos os trabalhadores, solicitam ao Conselho Superior de Revolução que tome as medidas adequadas ao integral cumprimento do que determinou para solução deste problema".

7 — Ao tomarem esta decisão os administradores de "República" demonstraram a sua confiança na autoridade moral e política do mais alto órgão de soberania, sendo o exercício dessa autoridade firme garantia da liberdade de expressão e do direito à informação pelos quais se batem, desde sempre, os jornalistas de "República", apoiados de forma inequívoca pela esmagadora maioria dos seus leitores.

## TENTATIVA FRUSTRADA

Cont. da página 1

fazer respeitar as decisões do mais alto órgão de soberania?"

Quem não vê que estes pseudo-diálogos, estas discussões, este vai-ven de documentos mais não é do que o ganhar de tempo dos inimigos da liberdade, do que o criar de condições para o assalto ao aparelho do Estado e ao poder revolucionário constituído?

Quem, se não os ingénuos, pode acreditar na utilização que se está a fazer do nome de trabalhadores para impor a vontade que é apenas de minorias activas e determinadas? Quem dotado de autoridade e de força deixará que continui a dominar a demagogia, a verborreia, a calúnia e a ofensa a antifascistas que tem provas a patentear, a homens que no passado se bateram de forma mais firme e destemida do que muitos dos novos e recentes revolucionários?

Para onde caminha este País? Quem manda em Portugal? Quem faz respeitar sem delongas nem complacências as leis revolucionárias, as decisões de órgãos revolucionários?

Acreditamos no poder revolucionário constituído, em Portugal, sabemos que não serão só palavras do Conselho da Revolução que nos asseguram uma via pluralista e democrática para a instauração do socialismo em Portugal. Por nós estamos firmemente dispostos a lutar pela liberdade de expressão e de informação, sem a qual não há pluralismo nem socialismo digno desse nome.